

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.888 - SP (2018/0342811-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : T P DA S (PRESO)
ADVOGADOS : ZAINÉ SALOMÃO PEREIRA PASSOS - SP203290
SILVÂNIA SANTANA FERREIRA - SP404592
RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por T P DA S, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 3.^a Vara Criminal da Comarca de São Carlos/SP, em cumprimento do que foi decidido pela Corte local ao negar provimento ao apelo defensivo, determinou a expedição de mandado de prisão contra o ora recorrente.

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* perante o TJ/SP, que denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que a defesa sustenta, em síntese, que *O E. Tribunal de Justiça entendeu que o recurso de apelação transitou em julgado e, como foi mantida a condenação, houve a expedição de mandado de prisão. Ocorre que há recurso extraordinário em andamento, razão pela qual houve o equívoco judicial – documentos acostados, e que, em razão disso, não poderia ter sido expedido o mandado de prisão, uma vez que o Paciente respondeu todo o processo em liberdade* (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso, concedendo-se a ordem do *writ* para que se expeça alvará de soltura ao recorrente, garantindo, assim, o seu direito de permanecer em liberdade até o julgamento do recurso extraordinário.

A liminar foi indeferida (fls. 32-33).

As informações foram prestadas (fls. 36-88).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não provimento do recurso (fls. 93-94).

É o relatório.

DECIDO.

A Sexta Turma, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e o REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, de 17/2/2016, DJ de 17/5/2016), segundo a qual a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não afronta

o constitucional princípio da presunção de inocência.

Frise-se, ainda, que, em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, **na ausência de recurso com efeito suspensivo**.

Assim, prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação e ausentes recursos especial ou extraordinário com casuísticos efeitos suspensivos, é possível a execução provisória da pena, ainda que concedido na sentença o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

Na espécie, já houve exaurimento da instância ordinária, pois foi interposto, segundo a defesa, Recurso Extraordinário pendente de julgamento, sem efeito suspensivo, inexistindo ilegalidade a ser reparada, já que possível a execução provisória da pena nos termos supra.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator